

Elementos do fascismo brasileiro: limites e possibilidades da educação para a democracia e emancipação

Sueli Soares dos Santos Batista¹

Emerson Freire²

120

Resumo

O presente estudo procura problematizar os elementos do fascismo considerando a conjuntura político-social brasileira e seus efeitos sobre a educação. A partir de revisão bibliográfica, parte-se da dramaturgia política atual para se discutir, por um lado, a necessidade da permanente elaboração do passado como tarefa democrática inadiável do presente em contraposição, por outro lado, à constante elaboração autoritária do presente por meio da produção de subjetividades via fakes news e outros dispositivos. Questiona-se, neste cenário, os limites e as possibilidades de ainda se educar para a democracia, para a emancipação, em contextos crescentemente neofacistas associados a políticas do neoliberalismo autoritário. Constata-se que a noção de adaptação, entre outros elementos do fascismo, se torna espécie de imperativo político e um fim derradeiro da cultura e da educação, fomentando o processo de tendências de ultradireita que se apresenta globalmente e com força nos últimos anos.

¹ Professora e pesquisadora colaboradora do Mestrado Profissional do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS). Realizou pós-doutorado na ECA-USP (2023) e na Faculdade de Educação da UNICAMP (2012). Possui mestrado (1997) e doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela USP (2002). É graduada em História pela USP (1992) e Filosofia pela UNICAMP (2007). Coordena o Núcleo de Estudos em Tecnologia e Sociedade (NETS). Pesquisadora do Laboratório de Políticas Públicas e Planejamento Educacional (Unicamp), do Grupo Teoria Crítica e Formação Ético-Política (UFSCAR) e do Grupo de Pesquisa Concepções e Políticas de EPT (CEETEPS) | suelissbatista@uol.com.br

² Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas e em Filosofia pela Université de Paris 1 - Panthéon Sorbonne - França, com mestrado em Política Científica e Tecnológica pela UNICAMP em 2002. Realizou pesquisa de Pós-doutorado no Departamento de Sociologia da UNICAMP entre 2014 e 2016. Ganhador do *Prêmio Rumos Pesquisa* do Instituto Itaú Cultural em seleção nacional. Professor e pesquisador no Mestrado em Educação Profissional do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS) e na Fatec Jundiaí, onde coordena o Núcleo de Estudos de Tecnologia e Sociedade (NETS). | freire.emerson@uol.com.br



Palavras-Chave: Educação e democracia; Elementos do fascismo; Cultura e emancipação.

Resumen

El presente estudio busca problematizar los elementos del fascismo considerando la situación político-social brasileña y sus efectos en la educación. A partir de una revisión bibliográfica, partimos de la dramaturgia política actual para discutir, por un lado, la necesidad de la elaboración permanente del pasado como tarea democrática urgente del presente frente, por el otro, a las constantes presiones autoritarias. elaboración del presente a través de la producción de subjetividades a través de *fake news* y otros dispositivos. En este escenario, se cuestionan los límites y posibilidades de seguir educándonos para la democracia, para la emancipación, en contextos cada vez más neofascistas asociados a políticas autoritarias del neoliberalismo. Parece que la noción de adaptación, entre otros elementos del fascismo, se convierte en una especie de imperativo político y un fin último de la cultura y la educación, fomentando el proceso de tendencias de ultraderecha que ha surgido globalmente y con fuerza en los últimos años.

Palabras clave: Educación y democracia; Elementos del fascismo; Cultura y emancipación.

Abstract

This study seeks to problematize the elements of fascism considering the Brazilian political-social situation and its effects on education. Based on a bibliographical review, we start from the current political dramaturgy to discuss, on the one hand, the need for the permanent elaboration of the past as an urgent democratic task of the present as opposed, on the other hand, to the constant authoritarian elaboration of the present through production of subjectivities via fake news and other devices. In this scenario, the limits, and possibilities of still educating ourselves for democracy, for emancipation, in increasingly neo-fascist contexts associated with authoritarian neoliberalism policies are questioned. It appears that the notion of adaptation, among other elements of fascism, becomes a kind of political imperative and an end of culture and education, fostering the process of ultra-right tendencies that has emerged globally and with strength in recent years.

Keywords: Education and democracy; Elements of fascism; Culture and emancipation.

Introdução

“Sem anistia” foi o brado retumbante ouvido em Brasília na Praça dos Três Poderes quando, em 01 de janeiro de 2023, sob forte comoção, a multidão ali presente assim se manifestou interrompendo o discurso do então novo presidente da República. Iniciando o seu terceiro mandato, Luis Inácio Lula da Silva discursava depois de ter subido a rampa do Palácio do Planalto acompanhado de pessoas comuns representando os diversos segmentos da sociedade brasileira. O presidente recém-empossado



discursava listando os vários problemas identificados por uma equipe de políticos e técnicos que realizaram um trabalho de transição entre o governo anterior e aquele que ali se iniciava.

As pessoas que subiram a rampa com o presidente da República representaram segmentos da sociedade brasileira historicamente esquecidos nas políticas públicas e no processo de democratização do país. Esse foi um gesto dentro do que Georges Balandier designa como “dramaturgia política” à medida em que o poder não se estabelece pelo uso da força brutal de um lado ou simplesmente pela iluminação exclusiva da razão de outro. Se a violência política ou a justificação racional pura e simples não garantem legitimidade e durabilidade ao poder, faz-se necessário, afirmará Balandier (1982), a produção de imagens, a manipulação de símbolos e sua organização em um quadro cerimonial. A tradição e o passado coletivo são fontes inestimáveis para essa dramaturgia política, inclusive da dramaturgia política democrática. Balandier destaca que:

Logo, o passado coletivo elaborado em uma tradição, em costume, é a origem da legitimação. É uma reserva de imagens, de símbolos, de modelos de ação; permite empregar uma história idealizada, construída e reconstruída segundo as necessidades, a serviço do poder presente. Este gere e assegura seus privilégios colocando em cena uma herança (1982, p. 7).

O brado “Sem anistia” da multidão e os outros elementos do quadro cerimonial dessa posse mostram que as imagens se referem à tentativa de fazer frente ao esquecimento, sendo exigidas reparações. Procura-se, então, legitimar um poder a partir do rompimento de uma herança de esquecimento, apagamentos e silenciamentos. Trata-se menos de uma herança a ser resgatada, autorizada e atualizada e mais de uma história ainda a ser construída.

É emblemático que o Brasil tenha saído de um ano, o de 2022, muito significativo em termos de efemérides. 2022 foi o ano do bicentenário da Proclamação da Independência, do Centenário da Semana de Arte Moderna e, também, do nascimento do antropólogo e pensador brasileiro, Darcy Ribeiro, cuja última obra escrita se intitulou “O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil”.

“Sem anistia” parece-nos um apelo não só quanto aos crimes cometidos pelo governo que antecedeu o terceiro mandato de Lula. Soa



como uma espécie de basta a um processo de independência que ainda não se concretizou, a um processo de modernização excludente e conservador e à insistência pelas elites brasileiras de nunca aceitar a constituição de um povo e sim de mantê-lo como público. Em 2022 também completou 100 anos a célebre frase do escritor Lima Barreto publicada na Revista Careta em 03 de junho de 1922: “o Brasil não tem povo, tem público”.

Com essas observações pretende-se situar que o fascismo brasileiro nasce e se nutre do esquecimento, da fuga às reparações e da negação de que exista algo que se possa chamar de povo brasileiro porque constituído na diversidade, submetido à estratificação e ao silenciamento. Compreender o fascismo brasileiro é tarefa hercúlea porque a ideia de identidade nacional brasileira também foi construída com os mitos da democracia racial e da cordialidade. Essas foram formas de criar uma herança, progressivamente desacreditadas, ao resgatarem do passado lembranças encobridoras, como considerou Freud, e lembrar de algo para produzir esquecimentos, como considerou Paul Ricoeur.

Ainda impactados por essa dramaturgia política do dia 01 de janeiro de 2023, passados apenas sete dias, a mesma Praça dos Três Poderes foi ocupada por um grupo representando a extrema direita no Brasil. A multidão escoltada pelas forças policiais e militares invadiu os prédios dos chamados três poderes da República. Foram ataques às instituições republicanas em nome da reinstauração da ditadura militar que se considerou eliminada em meio a processos de anistia na segunda metade da década de 1980.

A dramaturgia política da ocupação da Praça dos Três Poderes seguida da invasão e depredação do patrimônio público, republicano e histórico-cultural faz parte do que Balandier (1982) considera como a ambivalência entre a ordem e a desordem que precisamos interpretar como algo além da mera oposição:

A ordem e a desordem da sociedade são como o verso e o anverso de uma moeda, indissociáveis. Dois aspectos ligados, dos quais um, à vista do senso comum, aparece como a figura invertida do outro. Esta inversão da ordem não é sua derrubada, dela é constitutiva, ela pode ser utilizada para reforçá-la. Ela faz a ordem com a desordem, assim como o sacrifício faz a vida com a morte, a "lei" com a violência apaziguada pela operação simbólica (p. 41).



O movimento pendular da instauração de uma nova ordem democrática, seguida da desordem promovida por representantes da extrema direita, continua alimentando essa dramaturgia política. Identificando essas invasões como tentativa de golpe de Estado, terrorismo e fascismo, diversos segmentos da sociedade civil e o novo governo realizam uma operação simbólica utilizando essa desordem para reforçar a necessidade de se estabelecer definitivamente a normalidade democrática.

Sabemos que estamos tratando aqui não apenas de uma dramaturgia política que exige um esforço semiótico. O avanço de movimentos de extrema direita expondo as fragilidades das democracias é uma experiência comum no mundo globalizado, internacionalizado e financeirizado, marcado pelo neoliberalismo autoritário enquanto uma nova racionalidade.

Para Dardot e Laval, (2016), "o neoliberalismo é a razão do capitalismo contemporâneo, de um capitalismo desimpedido de suas referências arcaizantes e plenamente assumido como construção histórica e norma geral de vida" (2016, p.17). Esse desimpedimento de referências arcaizantes pode ser compreendido como o que Max Weber entendeu enquanto a superação dos entraves ao capitalismo colocados por meio do tradicionalismo. Pode ser entendido também como a derrocada dos princípios do Estado de Bem-estar Social frente à acumulação flexível sendo os direitos sociais submetidos à lógica mercantil da prestação de serviços. Isso a ponto de Dardot e Laval (2017) considerarem que o debate centrado na oposição entre Estado e mercado, e entre o público e privado estar esvaziada de seu sentido tradicional, exigindo-se novas análises críticas que acompanhem a construção de novas ações e lógicas alternativas assentadas no comum.

Mas, o desimpedimento de referências arcaizantes pode ser também compreendido como o empenho em escala global de desautorizar o regime democrático enquanto impeditivo do crescimento econômico. O neoliberalismo se torna assim um desmonte da própria ideia de liberalismo e de democracia, colocando na ordem do dia a necessidade de compreendermos os elementos constituintes do fascismo. Esses elementos que antes dormitavam nos regimes democráticos, atualmente despertam com toda força colocando-os em risco. É urgente levar a sério o fato de que a democracia para fazer frente ao fascismo precisa ir além da dramaturgia política para avaliar e conter de forma dinâmica e constante esses elementos.

Se os elementos do antissemitismo são parte da dialética do esclarecimento como puderam considerar Horkheimer e Adorno, os



elementos do fascismo são parte da democracia. Disso decorre que a crítica ao neoliberalismo autoritário pode ser a continuidade da crítica ao fascismo. A nova razão do capitalismo contemporâneo que gradativamente supera os obstáculos às inovações para o neoliberalismo enquanto construção histórica e norma geral de vida passa necessariamente pelo controle e esvaziamento da educação enquanto experiência formativa emancipatória. Há, também, uma historicidade esvaziada de referenciais históricos que evoquem a democracia. O neoliberalismo autoritário sobrevive do esquecimento e enfrentar a reivindicação do retorno de ditaduras, como ocorre no Brasil, não se faz apenas com informações históricas.

Como é possível reconhecer e analisar os elementos do fascismo nos movimentos contemporâneos de extrema direita localizando os limites e as possibilidades de uma educação emancipatória como enfrentamento a esses elementos? Ou seja, é possível educar para a democracia em contextos neofascistas?

Nos limites desse estudo, tomamos a expressão "Sem anistia" como um brado que ecoa para o passado buscando transfigurá-lo. Significa, assim, um esforço de contraposição à disposição em negar ou minimizar a barbárie no tempo e no espaço. O eufemismo é uma das formas pelas quais essa negação e minimização aparecem. Nesse sentido, o eufemismo é também uma forma de esquecimento dos horrores do passado, das promessas de um futuro melhor que ali também poderiam existir e que não foram cumpridas. Quando nos perguntamos sobre se é possível educar para a democracia em contextos neofascistas estamos apelando a uma educação para a emancipação. A ênfase na adaptação como o fim último da cultura e da educação é um fermento para o ressurgimento das tendências fascistas.

1. A elaboração permanente do passado como tarefa democrática do presente

Tendo vivido os horrores do fascismo e dedicado sua vida e obra filosófica para que esses horrores não se repetissem, T. W. Adorno, no final dos anos 1950 e 1960 realizou conferências que foram gravadas, transcritas e publicadas.

Em 1967, Theodor Adorno proferiu uma conferência para a União dos Estudantes Socialistas da Áustria. Essa palestra foi traduzida e publicada em português com título "Aspectos do novo radicalismo de direita" em 2020.



Adorno, naquele momento, tinha como preocupação central da sua fala a expressividade eleitoral que começava a ter o Partido Neonazista fundado na Alemanha em 1964.

Na época, a Europa vivia um estado de bem-estar social, algo diferente daquele vigente nas últimas décadas ou nas primeiras décadas do Século XXI em que o fascismo fortaleceu sua influência política nas instituições democráticas. De todo modo, a análise de Adorno nos leva a pensar nas determinantes históricas que permanecem fazendo multiplicar na democracia as sementes do fascismo. No posfácio à edição alemã, o professor Völker vai comentar como ainda impressiona a validade de uma análise que em algumas passagens pode ser lida como um comentário aos desenvolvimentos atuais.

Para analisar esse fenômeno, o filósofo alemão resgata uma outra conferência intitulada "O que significa elaborar o passado", de 1959, trazendo parte daquelas discussões sobre o fascismo na compreensão do crescimento da extrema-direita na Alemanha. No posfácio à edição alemã da palestra de 1967, o professor Völker Weiss considera que o discurso de Viena feito por Adorno pode ser mesmo lido como uma continuação da conferência "O que significa elaborar o passado" de 1959.

Na verdade, há poucos anos entre um momento e outro e o enfrentamentos dos elementos do fascismo na democracia, assim como ocorre hoje, não tinham o devido tratamento. Embora a criminalização da apologia e das referências diretas ou indiretas ao nazismo contenham a sua aceitação massiva, o que preocupava Adorno era a correção por dentro da democracia. A sobrevivência do nacional-socialismo *na* democracia foi considerada por ele como potencialmente mais ameaçadora do que a sobrevivência de tendências fascistas *contra* a democracia. **Atualmente vivemos essa dupla ameaça, o que exige a modos de uma teoria crítica da sociedade uma crítica imanente.** Adorno evocava em 1959 um esforço teórico-prático a partir da análise de uma psicologia social e da psicanálise, mas, sobretudo, das condições objetivas, ainda que ambivalentes, que efetivam o recaída na barbárie.

O desenvolvimento capitalista cria impedimentos para a elaboração do passado. Isso Adorno associa ao desenvolvimento técnico e industrial, ao modo de vida burguês e às condições laborais e de formação para o trabalho. A esses elementos de racionalização estão associados aos elementos que compõem o fascismo, ambos promotores do esquecimento,



da reificação e da educação para fins meramente adaptativos. Afirma, na sua palestra de 1959, que:

[...] a memória, o tempo e a lembrança são liquidados pela própria sociedade burguesa em seu desenvolvimento, como se fossem uma espécie de resto irracional, do mesmo modo como a racionalização progressiva dos procedimentos da produção industrial elimina junto aos outros restos da atividade artesanal também categorias como a da aprendizagem, ou seja, do tempo de aquisição da experiência no ofício (1995, p. 4).

A racionalização progressiva inerente ao desenvolvimento tecnocientífico no modo especificamente capitalista tem assim a memória, o tempo e o seu uso não totalmente regulamentado como um obstáculo ao curso do mundo, verdadeiras referências arcaizantes. Não se pode perder tempo, seja com elaborações do passado, seja com a velocidade imposta por esse desenvolvimento tecnocientífico. “Quem não se ocupa com pensamentos inúteis não joga areia na engrenagem” (p.4) é uma constatação que demonstra que não é permitido perder tempo com o que não tenha resultados imediatamente adaptativos.

O problema é que a eliminação da memória e da experiência formativa a partir da dimensão artística, educacional e inventiva enquanto restos irracionais contrários à racionalização progressiva da produção gera o mal-estar individual e coletivo perante uma sociedade que só permite e garante a *adaptação* em um horizonte que vai da mera sobrevivência à ruína completa. A adaptabilidade, não por acaso um termo vindo da biologia, passa a ser um dispositivo de eliminação da memória e da experiência formativa consonante à lógica do neoliberalismo autoritário.

A entrada do léxico da área da biologia na economia, sociologia, filosofia, administração, entre outras áreas, não é novidade. Desde as discussões sobre o darwinismo social, há uma preocupação constante de como esse tipo de abordagem desemboca em ideologias políticas extremistas por meios dos mais diversos dispositivos e discursos, inclusive em práticas econômicas, nas escolas e no chamado mundo corporativo.

Com o neoliberalismo autoritário, entendido como uma espécie de *ethos* social sempre presente nas relações sociais, promovendo valores que se associam facilmente aos lemas da extrema-direita, a noção de adaptabilidade para a sobrevivência do mais apto ganha contornos mais



profundos. A adaptação se torna um imperativo político, como dirá Barbara Stiegler em seu livro *Il faut s'adapter: sur un nouvel impératif politique*.

Foucault (2004) trouxe fortemente a dimensão biopolítica no neoliberalismo, demonstrando as diferenças entre este e o liberalismo clássico. Depois de passar pelo estudo dos ordo-liberais alemães e dos neoliberais franceses, Foucault apontou uma diferença crucial no caso do neoliberalismo americano, qual seja, a incorporação da teoria do capital humano como aquela que permitiria sustentar de maneira mais substancial a dimensão do que ele chamava de “elementos adquiridos” na biopolítica, o que requeria “investimentos educacionais”, complementares aos “elementos inatos”, ou genéticos. Ainda assim, Foucault não explorou mais incisivamente a vertente evolucionista do neoliberalismo, principalmente a do pensamento de Friedrich Hayek que se valia muito do diálogo com o darwinismo. Mais ainda, como lembra Barbara Stiegler, nem muito com o pensamento de Walter Lippmann, diplomata, jornalista e ensaísta político norte-americano, de notória influência na política dos Estados Unidos por um longo período, que vai desde a Primeira Guerra Mundial até a Guerra do Vietnã (Stiegler, 2020).

O livro da filósofa francesa tratará justamente dessa interconexão entre o neoliberalismo e o darwinismo, centrando a argumentação na concepção de adaptabilidade a partir, principalmente, do que ficou conhecido como “debate Lippmann-Dewey”, ou seja, um debate entre as ideias de Walter Lippmann e o filósofo pragmatista John Dewey em torno do tema da democracia e do liberalismo.

Não interessa aqui percorrer todo esse debate, mas assinalar apenas o que Barbara Stiegler observa sobre a discussão quanto ao tema do suposto retardo evolutivo da espécie-humana, da dificuldade em se adaptar, dado que a adaptação seria uma forma de evoluir e sobreviver aos novos ambientes. Repensar a ação política passaria, então, por compreendê-la dentro dos horizontes evolutivos, de retardo ou (re)adaptação ao ambiente. Trata-se, portanto, de uma regulação da sociedade, ou para usar os termos de Foucault, de como se constrói a governamentalidade.

Se por um lado, Walter Lippmann, e os neoliberais após ele, defenderá que essa regulação se dê por meio de especialistas, intelectuais e por via da área do direito, Dewey, por sua vez, só reconheceria uma experimentação verdadeira desde que fosse “conduzida pela inteligência coletiva do público, ela própria inseparável da dimensão emocional de qualquer experiência.”



(Stiegler, 2019, p. 11). Sendo assim, embora ambos estejam no âmbito da teoria darwinista:

Enquanto para Lippmann, e depois para os neoliberais americanos, atribuir este papel à suposta inteligência do público nega a realidade dos processos evolutivos, em relação aos quais a afetividade das massas e a inteligência humana aparecem como rígidas, atrasadas e inadaptadas, para os pragmatistas, pelo contrário, é esta interpretação conjunta da afetividade e da inteligência coletiva como um órgão funcional de controle que está mais próxima da lógica de Darwin (Stiegler, 2019, p. 11).

Em termos políticos, há uma aposta de Lippmann na política representativa feita por cima, ou seja, encabeçada por especialistas, intelectuais e juristas, oposta a outra pensada a partir de baixo, promovida por uma democracia participativa que promoveria a constante implicação coletiva na experimentação coletiva, como propunha Dewey. Nesse sentido, como aponta Stiegler (2019), o pensamento de Dewey sobre o devir da democracia à luz de uma revolução darwiniana, seria uma das primeiras críticas filosóficas ao neoliberalismo.

Todo esse debate se estenderá e afetará politicamente dois setores centrais da sociedade: a educação e a saúde. Atentaremos-nos aqui somente à educação.

Stiegler lembra que em Dewey a “adaptação” ou a “adaptabilidade”, quando ligada à educação, ganha o sentido de “plasticidade” e não de “maleabilidade”, não de uma docilidade, de uma atitude passiva diante das circunstâncias. Desse modo, Dewey acreditava estar mais próximo da teoria darwiniana, em contraponto às abordagens spencerianas e behavioristas. A democracia para Dewey está próxima a ideia originária liberal, “na qual o governo dos viventes se experimenta e se reajusta coletivamente” (Stiegler, 2019, p. 252). Trata-se, portanto, com todas suas possíveis ambiguidades, ainda de uma visão de cunho liberal, não neoliberal. Ao contrário, uma vez que o conjunto de indivíduos e populações, na visão de Lippmann, não são capazes de transformar coletivamente suas realidades, seu entorno, seu meio ambiente, sem o trabalho do especialista, a ideia de “adaptabilidade” ganha um contorno de ajuste à realidade, de adaptação servil. Como conclui Stiegler:

Se esta nova forma de biopolítica pretende constituir um poderoso contrapeso a qualquer forma de controle disciplinar e a toda requisição de força de trabalho pelas exigências do



capitalismo mundializado, a biopolítica neoliberal anunciada por Lippmann pressagia, por sua vez, um fortalecimento sem precedentes nas disciplinas, o que mina a tensão entre essas duas tecnologias de poder que Foucault ainda teorizava no final da década de 1970. (Stiegler, 2019, p. 252 – tradução livre nossa).

Essa ideia de “reformatar” a humanidade por meio de uma adaptação e competição constantes parece ainda prevalecer e, mais ainda, ter se tornado realmente um imperativo de sobrevivência política.

De certa forma, esse imperativo é propagado incessantemente pelo discurso (neo)fascista que se alia ao ultraliberalismo autoritário. A adaptação surge não com um possível sentido positivo, como propunha Dewey para a educação, mas como violência. Uma série de dispositivos tecnológicos, como diria Foucault, são utilizados para reforçar essa violência adaptativa na formação, tais como pedagogias que privilegiam competências comportamentais, que funcionam como adestramentos socioemocionais que visam os efeitos colaterais de tal violência, os acidentes psíquicos como depressão, crise de pânico, *burnout*, entre outros, que atrapalham a competitividade e a produtividade.

É neste sentido que a crítica aos elementos do fascismo se transforma em uma crítica aos elementos constituintes do neoliberalismo autoritário, aos seus dispositivos de violência e biopolítica que inibem a necessária elaboração permanente do passado como ação democrática do presente, já que o ritmo acelerado exigido pela adaptação também promove o apagamento da memória e da experiência formativa.

Para Adorno, é uma lei objetiva da racionalidade instrumental e desse desenvolvimento tecnocientífico a associação entre a alienação da memória e a adaptação ao existente:

A ordem econômica e, seguindo seu modelo, em grande parte também a organização econômica, continuam obrigando a maioria das pessoas a depender de situações dadas em relação às quais são impotentes, bem como a se manter numa situação de não-emancipação. Se as pessoas querem viver, nada lhes resta senão se adaptar à situação existente, se conformar [...] (p.9).

A semiformação, ou seja, aquela que promove apenas a adaptação faz parte dos elementos do fascismo. A defesa e a promoção da identificação



total com o existente, com o que é dado, com o poder enquanto tal são inimigas da democracia ainda que prometam, sob os auspícios do desenvolvimento econômico e tecnocientífico, a democratização da cultura e da educação. Abdicar da emancipação significa entregar a cultura, a educação e a democracia ao fascismo. E isso não simplesmente porque não se ensinou o bastante sobre a importância dos ideais democráticos. Adorno expõe uma ferida que é o questionamento sobre o que representa a democracia para a maioria das pessoas. A democracia chega a ser desejada por quem não a sente como parte da sua própria existência? Assim, é necessário compreender os movimentos fascistas como as feridas e cicatrizes de uma democracia que até hoje ainda não fez justiça ao seu próprio conceito.

Quando constatamos a ação da extrema direita no Brasil e buscamos as raízes desse processo na sua história e na negação dessa história, conseguimos compreender por que em países com trajetórias similares, o fascismo aparece de maneira contundente.

A chamada normalidade democrática nunca fez muito sentido para a maioria dos brasileiros. Buscando compreender a indiferença e mesmo o ódio à democracia, Adorno reflete que:

[...] a democracia não se estabeleceu a ponto de constar da experiência das pessoas como se fosse um assunto próprio delas, de modo que elas compreendessem a si mesmas como sendo sujeitos dos processos políticos. Ela é apreendida como sendo um sistema entre outros, como se num cardápio escolhêssemos entre comunismo, democracia, fascismo ou monarquia; ela não é apreendida como identificando-se ao próprio povo, como expressão de sua emancipação. Ela é avaliada conforme o sucesso ou o insucesso, de que participam também os interesses individuais, mas não como sendo a unidade entre os interesses individuais e o interesse geral (p.5)

Seria possível a normalidade democrática num país em que a democracia se apresenta em aspectos formais distanciados da experiência vivida? Em que a normalidade é justamente estar alijado dos processos políticos ocupando o papel de público, em que não existem mecanismos de formação política que permitam compreender o que é a política para além de escolhas ocasionais de partidos, de candidatos e de sistemas dos quais nada se sabe ou que se pensa saber a partir de redes sociais consideradas



neutras? A falta de noções mínimas quanto a conceitos e ações relacionados aos posicionamentos políticos como de esquerda e de direita, as confusões entre liberdade individual e participação social revelam não só desinformação, mas a incapacidade histórica de um povo em experienciar o que lhe foi sempre negado: a democracia e a cidadania.

2. A elaboração autoritária do presente por meio da produção de subjetividades

132

Estamos nos apropriando das reflexões de Adorno em 1959, que continuam na conferência de 1967, em um esforço não simplesmente de resenhar essas reflexões, mas de perceber que aquelas preocupações em um contexto de Estado de Bem-estar Social e pleno emprego só muito parcial e precariamente vividos no Brasil antes e depois desse período, têm validade para buscarmos compreender o nosso radicalismo de direita e as implicações educacionais disso.

Durante a conferência de 1967 intitulada "Aspectos do novo radicalismo de direita", Theodor Adorno identifica um sentimento de catástrofe social e um desejo inconsciente do fim do mundo nos movimentos radicalistas de direita. Reconhece neles uma verdadeira escatologia à direita. Se a teoria do capital humano pode ser considerada uma utopia da direita, o seu radicalismo aparece como escatologia. De todo modo, não se trata de um outro mundo possível, mas da destruição do que já existe.

Na apresentação à edição brasileira intitulada "Depois da meia-noite no século: Adorno e as análises do fascismo", o professor Felipe Catalano resgata as observações de Adorno presentes nessa conferência e que se relacionam há uma espécie de Evangelho da desgraça que ao mesmo tempo que responsabiliza o indivíduo pelo seu fracasso o alivia da responsabilidade de lutar contra seus problemas. É uma forma de conformismo travestido de protagonismo e responsabilização dos indivíduos. Entendemos que a ênfase contemporânea nas competências socioemocionais dos estudantes revela essa impotência, fragilidade e conformismo. Como afirmou Adorno, ainda em 1959, se tudo que se refere às condições objetivas depende unicamente das pessoas, essas condições objetivas permanecem intocadas, promovendo o desejo de destruição do existente.



Mas, mesmo abordando a psicologia social orientada analiticamente, Adorno não busca uma explicação psicologizada do fenômeno da ascensão da extrema-direita. Há sobretudo da experiência de um sofrimento social acumulado que se traduz em uma energia política ambígua e destrutiva frente a um processo de desintegração social jogando amplos setores da população mundial a uma situação de quase anomia.

O autor da apresentação à publicação em português da conferência de Adorno proferida em 1967, resgata a leitura do livro de Christopher Lasch em meados dos anos 1980 chamado "O mínimo eu: sobrevivência psíquica em tempos difíceis". A partir das leituras de Lasch à luz do texto de Adorno, o autor da apresentação aponta para uma ética da sobrevivência em que fazer estoque e se armar faz parte de uma mesma lógica na preparação para o apocalipse.

O radicalismo de direita aparece como uma forma de gerir o sofrimento psíquico como consideram Safatle e Dunker quanto ao neoliberalismo. Os fatores socioemocionais são importantes para compreender esse processo em que as subjetividades são celebradas como autônomas frente às condições objetivas quando, na verdade, são produzidas e reproduzidas para sobreviverem a essas condições objetivas.

Assim, Adorno faz a análise desse processo buscando ressaltar e compreender as condições objetivas que tornam os pressupostos sociais do fascismo ainda vigentes. O filósofo afirma que "os preços dos movimentos fascistas apesar de seu colapso ainda perduram socialmente mesmo se não perduram de forma imediatamente política". (p. 45)

Digamos que dessa fala de Adorno até os dias de hoje a presença do fascismo nos movimentos ainda, que ditos pacíficos e nas instituições ainda que mantidas pelos regimes democráticos é uma realidade assustadora.

Adorno começa a sua análise primeiramente apontando para a dominante concentração do capital. Há uma contradição estrutural entre participação democrática e a tendência a concentração de Capital. Para ele

[..] essa tendência de concentração ainda significa a possibilidade da desclassificação permanente de camadas que eram completamente burguesas de acordo com a sua consciência de classe subjetiva e que querem fixar seus privilégios e seu status social e possivelmente fortalecer fortalecê-los" (p. 46)



Vejamos que essa consciência de classe subjetiva não só de camadas que eram completamente burguesas, mas que, no caso brasileiro, historicamente se compreendem como classes médias diferenciadas de uma população trabalhadora em condições precárias de sobrevivência produz uma percepção da superacumulação de capital alheia ao seu processo progressivo de exclusão. Adorno considera que esses grupos continuam a tender ao ódio ao socialismo ou aquilo que eles chamam de socialismo. Isto é, transferem a culpa de sua própria desclassificação potencial não ao aparato que a causa, mas aqueles que se opuseram criticamente ao sistema do qual outrora eles possuíam mais status, ao menos, segundo sua consciência de classe subjetiva.

Esse movimento não se dá apenas nos segmentos urbanos. Adorno também faz sua análise considerando o conservadorismo ou o radicalismo de direita dos segmentos agrários e de tantos outros segmentos sociais. Afirma que, além da pequena burguesia, certamente desempenham um papel enorme os setores agrários que se encontram em uma crise permanente, comumente atenuada por subsídios estatais.

Impossibilitados de manter seu patamar de consumo e prejudicados quanto à permanência em determinados estratos sociais mais elevados economicamente, esses grupos se voltam contra os que consideram seus verdadeiros algozes: os que defendem os direitos sociais e/ou os que conquistam por meio de políticas afirmativas. A ampliação desses direitos para setor mais amplos da população é vista com anátema.

Na época que Adorno proferiu a conferência, a Alemanha estava num período de pleno emprego. Mesmo assim, esses grupos sociais aburguesados já sentiam a ameaça do desemprego tecnológico antevendo-se como potencialmente supérfluos ao processo de produção. Esses grupos, afirma Adorno, já se sentiam como desempregados potenciais.

O impacto do processo da globalização e os fluxos migratórios associados ao radicalismo de direita trouxe à tona o que nunca fôra totalmente esquecido: o nacionalismo. Adorno analisa um novo nacionalismo que não pode ser negligenciado mesmo porque torna-se uma resposta ao agrupamento dos países em blocos gigantescos e ao próprio processo de globalização em que o estado nação desempenha um papel subordinado. Adorno afirma que é equivocado tirar disso a conclusão simplista de que o nacionalismo já não teria um papel decisivo devido ao seu caráter ultrapassado. "Pelo contrário", considera Adorno,



[...] com frequência ocorre que convicções e ideologias, justamente quando elas não são mais de fato substanciais devido à situação objetiva, assume então seu caráter demoníaco, seu caráter verdadeiramente destrutivo (p. 48).

Não é possível caracterizar os movimentos de extrema-direita como resíduo de incorrigíveis ou idiotas, mas também não é possível negar que fazem parte do que Adorno designa por sistemas delirantes que são sustentados por uma racionalidade técnica. Neste sentido, retoma os estudos de *A Personalidade Autoritária* em que foi identificada na escala fascista o tipo manipulador.

O tipo manipulador refere-se à caracterização de indivíduos fascistas simultaneamente frios e tecnológicos. O tipo manipulador se insere num contexto de meios racionais para fins irracionais que vai da assimilação irrestrita à propaganda fascista à participação no extermínio dos indesejáveis.

A propaganda fascista faz tudo se tornar equivalente e intercambiável convertendo-se na substância do movimento. Os líderes fascistas são antes de tudo, afirma Adorno, propagandistas.

Se para os movimentos da direita radical a propaganda é o próprio sentido da política é necessário pensar como aquilo que é objetivamente falso é operado com meios propagandísticos produzindo verdades flexíveis ou quase verdades muito difíceis de serem contidas em seu processo de produção, difusão e dissuasão de milhares de pessoas. A dramaturgia política entra na produção e disseminação em massa de conteúdos que retroalimentam sistemas delirantes.

Podemos associar de alguma forma essa reflexão de Adorno à questão da propaganda de caráter fascista e buscarmos assim elementos para discutirmos sobre as chamadas *fake news*. O que Adorno quer dizer é que além da luta política e dos meios puramente políticos, o radicalismo de direita deve ser enfrentado no seu próprio terreno. Afirma ele que não se trata de colocar mentira contra mentira, mas de se opor a todo esse processo com a força decisiva da Razão, com uma verdade realmente não ideológica.

Esta não é uma tarefa fácil quando se enfrenta o populismo de direita no século XXI. Esse mesmo populismo que evoca a verdadeira democracia e a liberdade e acusam os outros de antidemocráticos.

A categoria da Liberdade se torna moeda de troca na governamentalidade neoliberal. Isso nos obriga a uma crítica de caráter



genealógico para que se possa compreender os diferentes sentidos do que se convencionou chamar de liberdade, de autonomia, de emancipação e democracia, termos usados pela extrema-direita com sentidos diversos. Não é ocioso lembrar que o conservadorismo democrático tem sido considerado no Brasil como associado à esquerda. No caso brasileiro o simples apelo à Constituição de 1988 e à agenda governamental próxima ao desenvolvimentismo é avaliado, de maneira descolada de todo o conhecimento sobre o assunto, como comunismo.

3. Educação, cultura e emancipação para (re) construir o Brasil

Seria urgente fortalecer nas universidades uma sociologia vinculada à pesquisa histórica de nossa própria época.

(Adorno, 1959, A elaboração do passado)

Como resposta à popularização política ocorrida no Brasil fortemente sustentada por fakenews, a partir dos estudos sobre o pensamento de Adorno, o Prof. Wolfgang Leo Maar publicou um ensaio intitulado "Só existe um lado". Esse ensaio foi publicado no site *A Terra é Redonda*, um espaço para a intervenção pública de intelectuais, acadêmicos e ativistas de movimentos sociais.

Não haveria, assim, propriamente uma polarização entre duas possibilidades extremas: a extrema direita e uma esquerda supostamente radical. No Brasil essa tese foi defendida sendo buscada uma chamada terceira via que naufragou antes mesmo que o processo eleitoral amadurecesse. Maar (2022) afirma que:

Há uma sociedade que é real, efetiva e fatural, contraposta a uma narrativa ideológica protofascista e autoritária, antidemocrática, excludente, sustentada numa falsa experiência da realidade que é doutrinação pelas redes (p. 1).

Em oposição a essa narrativa ideológica, Maar (2022) evoca a verdade "objetiva, disponível e visível" pelos mais de 700 mil mortos em decorrência da pandemia de Covid 19. Contra as falsidades fáticas, à luz de Adorno, Maar nos convida a enfrentar a questão da experiência efetiva e verdadeira da realidade que se dá na experiência da morte "que não é uma opinião formada num discurso narrativo" (p.1).



A força decisiva da razão em contraponto à propaganda fascista no caso brasileiro passa pela lembrança da escravidão como lastro de uma sociedade desigual, machista, racista e excludente. Considerará Maar (2022) que “num país com séculos de escravagismo, a questão social se sobrepõe como prioridade à experiência política” (p. 1).

Fazem parte dos elementos do fascismo brasileiro em termos históricos os holocaustos e os genocídios do passado que, por terem sido silenciados e minimizados, sustentam a continuidade da estratificação social e a morte de segmentos da sociedade brasileira que explicitam todos os dias a verdade não ideológica de uma sociedade que resiste em não admitir que a injustiça e a violência não estão dissociadas do seu processo de desenvolvimento, modernização e frágil democratização.

Maar defende em sua argumentação a existência e sobrevivência da ciência e da universidade. A ciência enquanto prática e a universidade como espaço institucional de uma verdade não ideológica. Apesar da narrativa falsa e falaciosa das *fake news* a Terra não se tornou plana, constata Maar.

A potencialidade formativa da ciência e da universidade precisa ser analisada. É inegável que foram elementos fortemente abalados na escalada fascista brasileira. Isso nos leva a pensar no avesso das instituições brasileiras em meio às tantas contradições, especialmente as universidades

Se a ciência e a universidade podem ser apresentadas como prática e espaço de uma verdade não ideológica e se essa prática e espaço historicamente deram à universidade o lugar da “[...] produção de conhecimento validado por mecanismos institucionais de verdade”, também não é possível negar que, como afirma Laval (2023) que o neoliberalismo põe em curso um novo regime de verdade que se impõe sobre a universidade. Isso implica numa “desvalorização gradativa da universidade como lugar do conhecimento racional”. Para o neoliberalismo, a universidade é uma das referências arcaizantes impeditivas no capitalismo contemporâneo, necessitando de inovações quanto às formas e difusão do conhecimento, enfatizando-se a dimensão gerencial e formação profissionalizante. Assim:

[...] um novo modelo de universidade começou a se estruturar. Quer a chamemos de universidade “empreendedora”, “gerencial” ou “neoliberal”; quer falemos de “capitalismo acadêmico” ou “universidade capitalista”, ou ainda de “mercado de educação superior globalizado”, todos esses



conceitos designam uma mudança que põe em questão não apenas os modos de organização ou “governança” da educação superior, mas sua definição, seus objetivos, suas funções sociais, culturais e políticas. O *ethos* profissional dos professores pesquisadores, a relação com os estudos e o conhecimento dos alunos e a própria concepção de conhecimento são afetados por ele (p. 1).

Educar para a emancipação não se torna, portanto, um aditivo para a universidade. Significa garantir a sua sobrevivência e a resistência a regimes de verdade que possam se contrapor ao regime de verdade neoliberal. São racionalidades em confronto que se traduz em escala global na reação persecutória da extrema direita quanto ao papel das universidades. Laval (2023) propõe que:

uma verdadeira internacional de professores e pesquisadores se constituísse em torno da ideia de que o conhecimento, mais do que nunca necessário para enfrentar os enormes desafios coletivos do século XXI, é um bem comum mundial que supõe não grandes e belos discursos, mas uma instituição que o faça existir como tal (p. 20).

Maar, a luz da conferência de Adorno de 1967, analisando o contexto político brasileiro recente também apontará a ciência e a universidade como redutos do conhecimento racional e da verdade não ideológica.

Essas reflexões nos remetem ao papel da universidade no Brasil que, como constatou Anísio Teixeira, sempre foi resistente a ela verificando-se em sua história uma escassez de esforços para a implantação de um sistema de educação superior no país (TEIXEIRA, 1989). No mesmo ano da conferência de Adorno sobre o novo radicalismo de direita em 1967, Anísio Teixeira publicou o texto intitulado *Aspectos da reconstrução da Universidade Latino-Americana*. Nele afirma que a universidade acabou sendo a parte mais sensível da sociedade latino-americana enfrentando o problema da autonomia universitária como elemento de sua contribuição ao desenvolvimento regional em grande parte submetidas às condições adversas:

Com efeito, a sociedade latino-americana continua a ser fundamentalmente uma sociedade baseada na "autoridade" e não no consenso e coesão de sua população. Daí, os hábitos de governo centralizado, a extraordinária amplitude da área de



decisão incorporada a textos de lei, o caráter uniforme, rígido e inflexível de sua burocracia, a natureza despótica e policial do exercício da autoridade em muitos setores. Em tal sociedade, qualquer exercício de autonomia é sempre algo de precário e, com maior razão, o exercício da autonomia universitária, salvo quando esta é concebida como um "privilégio" outorgado por lei (p. 55).

Há que se pensar portanto, nos limites das institucionalidades latino-americanas nas quais o novo regime de verdade imposto pelo neoliberalismo talvez tenha se instaurado muito antes de um novo radicalismo de direita. São instituições forjadas, inclusive as universidades, sob um conservadorismo que não enfrentou as tais referências arcaizantes de um Estado de Bem-estar Social.

Ao lado de um esforço em escala global em termos de constituir uma universidade regida de acordo com o *princípio do comum* como propõem Dardot e Laval é necessário em termos regionais e locais compreender as intempéries para que as institucionalidades voltadas para a ciência e educação se constituíssem numa perspectiva desenvolvimentista.

O negacionismo, a perseguição às universidades, a pedagogia das competências e o gerencialismo na educação, entre outros aspectos no contexto brasileiro são parte da nova racionalidade neoliberal que impõe um novo regime de verdade, mas também se referem às contradições seculares das nossas instituições que sobrevivem em um bloqueio estrutural e institucional permanente à democracia.

Mascaro (2020) nos apresenta a crueza desse processo em que há uma continuidade e recrudescimento do que aqui designamos como elementos do fascismo e do radicalismo de direita no Brasil, que se traduz nas contradições de suas instituições e governamentalidades. Para Mascaro (2020):

Não se trata de uma questão de convencimento, incremento orçamentário, profissionalização na administração ou na preparação de quadros. [...] A reiteração dos mesmos elementos e das mesmas posições reacionárias, conservadoras e golpistas vem se dando num tempo histórico secular – uma longa e constante subordinação estrutural ao interesses dos Estados Unidos, oposição sempiterna ao comunismo, antagonismo aos governos Vargas, Juscelino e Jango,



tentativas constantes de golpe militar, [...] transição controlada à democracia, [...], apoio ao neoliberalismo, antagonismo aos governos Lula e Dilma, golpe institucional realizado com sucesso em 2016, desmonte das antigas garantias sociais e dos resquícios de nacionalismo e desenvolvimentismo. (p.50)

O que tem ocorrido no Brasil mais próximo da construção de tempos e espaços de democratização se deu pelo esforço contraditório do desenvolvimentismo. Buscando compreender as amarras do nosso passado colonial e escravista, Celso Furtado pergunta "Que Somos?". Como um dos mais importantes intérpretes do Brasil e grande teórico vinculado ao pensamento cepalino, Celso Furtado (1984) conclui que a resposta essa questão passa pelo entendimento do que é a potencialidade transformadora da cultura brasileira por meio de uma adequada política cultural capaz de ir além do acesso a bens culturais e se comprometendo com a liberação das forças criativas da sociedade.

As inúmeras experiências dos estudantes na área cultural ainda são pouco conhecidas, valorizadas e potencializadas como elementos importantes para a formulação e a implementação de políticas públicas de educação e cultura. Não é incomum a dissociação entre as perspectivas que enfatizam, cada uma a sua maneira, as relações entre juventude e trabalho ou juventude e educação ou juventude e cultura.

Pensar sobre a formação e a inserção dos estudantes é muito mais do que um processo adaptativo. Digamos que é antes de mais uma exigência para a emancipação. Quando Rancière, a partir da experiência de Jacotot, discute sobre os objetivos e limites da educação que se encontram entre o embrutecimento e a emancipação não se trata de uma reflexão pedagógica. É uma reflexão ético-estético-política. Formar visando a emancipação significa reconhecer que os jovens não precisam se resignar às desgraças das quais são herdeiros, mas que podem negar essa herança e terem o direito de uma educação contra a barbárie (Rancière, 2007).

Educar contra a barbárie é educar para a emancipação. O jovem radical, para utilizar a terminologia de Otávio Ianni, é aquele que usufruiu do direito de ser educado contra a barbárie. Vamos na direção do que Florestan Fernandes apresenta como o objetivo da educação escolarizada, que seria romper com o 'fazer a cabeça do estudante' para a direita ou para a esquerda, para as ideologias do trabalho, para os fascismos constantemente renovados ou para a empregabilidade. Afirmará Florestan Fernandes que é



objetivo da educação “inventar e reinventar a civilização sem barbárie”. (Florestan Fernandes).

Para que Auschwitz não se repita, asseverou Adorno em “Educação após Auschwitz” naquele mesmo momento em que Otávio Ianni mostrava os direcionamentos e ajustes da juventude para movimentos radicais, de esquerda ou de direita. O jovem como um ser da cultura pode se constituir como agente transformador se é admitido por ele e com ele que a cultura em seu duplo caráter (adaptativo e emancipatório) precisa não só ser ensinada para este ou aquele determinado fim, mas ser criticada em seus limites e possibilidades, vivida e produzida individual e coletivamente. Isso resulta numa reflexão e num refazer permanentes da cultura e da educação.

Não é simples fazer a articulação entre cultura e educação porque nem sempre, como considerou Mário de Andrade, são vistas dentro de uma totalidade em que não é possível educar sem cultura, nem possível conhecer e produzir cultura sem que se tenha claro o que se pretende. Educar contra a barbárie não é tarefa apenas de escolas, assim como a escolarização não está dissociada da experiência cultural.

A arte e a cultura, de uma forma geral, estão tanto para a contraposição, quanto para a modelação do existente, como alertou Marcuse (2006) em *Sobre o caráter afirmativo da cultura*. A cultura em seu caráter afirmativo, da qual a arte também faz parte, seria aquele mecanismo de dominação que procura separar o mundo subjetivo e espiritual das condições objetivas, do mundo da materialidade, das relações de produção. Esse caráter afirmativo defende ideologicamente a superioridade de valores universais como os da alma, da interioridade, das necessidades estéticas descoladas da história, do cotidiano, da produção material para sobrevivência.

A formação cultural e a experiência estética relacionada a ela devem se colocar na educação não formal e formal como oportunidade de emancipação ao problematizar as relações entre cultura e trabalho, cultura e consumo, cultura e desigualdade social, entre outras relações complexas. O pressuposto norteador da nossa análise, a partir dessas abordagens, constrói-se no sentido de, a partir da experiência/percepção estética, desenvolver não só a compreensão de si, do outro e do mundo, mas a capacidade de problematizar essas dimensões.

O progressivo crescimento do alcance da indústria cultural e da semiformação também foi apontado por Adorno (1985). Não é só a



formação cultural que está em jogo, mas todo o processo formativo que se dá por via da escolarização e da profissionalização dos jovens. Reformas educacionais são acionadas para dar respostas a esse esvaziamento da ciência, da tecnologia e da cultura como forças transformadoras da sociedade. A tecnociência se instalava como força produtiva. Dentro de uma linha de pensamento que não perde de vista o duplo caráter da cultura e da educação, adaptativo e emancipatório, é importante que se perceba as transformações do mundo do trabalho, da produção e do consumo cultural buscando e potencializando novos enunciados e novas práticas de experimentação e criação de outros mundos possíveis.

Referências

- ADORNO, W. T. **Aspectos do novo radicalismo de direita**. São Paulo, Ed. Unesp, 2020.
- ADORNO, W. T. Educação após Auschwitz. **Educação e emancipação** Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1995.
- ADORNO, W. T. O que significa elaborar o passado. **Educação e emancipação** Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1995.
- BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016. 402p.
- DARDOT, Pierre & LAVAL, Christian. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI**. São Paulo, Boitempo, 2017.
- FOUCAULT, Michel. **Naissance de la biopolitique: Cours au Collège de France. 1978-1979**. Paris, Gallimard-Seuil, 2004.
- FURTADO, Celso. Que somos? In: **Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura**. Organização de Rosa Freire d'Aguiar Furtado. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional, 1984.
- LAVAL, Christian. **Da universidade neoliberal à universidade como comum**. Trad. Waldemar Sguissardi. Disponível em: <https://vsguissardi.com.br/da-universidadeneoliberal-a-universidade-como-comum/>. Acesso em: 20 jan. 2023.
- MAAR, Wolfgang Leo. **Só existe um lado**. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/so-existe-um-lado/>. Acesso em: 19 jan. 2023



MASCARO, Alysson L. Teses sobre desenvolvimento e capitalismo. In: Bercovici, Gilberto et al.(orgs). **Utopias para reconstruir o Brasil**. São Paulo, Editora Quartier Latin do Brasil, 2020.

RANCIÉRE, Jacques. **O mestre ignorante**. 2ª. Ed. Belo Horizonte, 2007.

STIEGLER, Barbara. **"Il faut s'adapter": sur un nouvel impératif politique**. Paris: Gallimard, 2020.

TEIXEIRA, ANÍSIO. **Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989. 212p.

TEIXEIRA, Anísio. Aspectos da reconstrução da Universidade Americana. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v.47, n.105, jan./mar. 1967. p.55-67.

143

Recebido em 09 abr. 2024 | aceite em 06 jun. 2024

